

Privatização da EGF

A Fiequimetal condena a decisão da Autoridade da Concorrência (AdC) de não oposição à aquisição da EGF por parte da SUMA (Grupo Mota-Engil), aliada à Urbaser espanhola. Facultou assim a AdC a passagem de um serviço essencial às populações e que, pela sua natureza, é de âmbito obrigatoriamente público, para as mãos de uma empresa privada.

Permitiu a AdC que o **serviço público** existente na coordenação e gestão da recolha, tratamento e valorização dos resíduos passasse, em forma de **monopólio**, para as mãos de privados, que não procuram outra coisa senão o lucro fácil, através das tarifas sobrevalorizadas a cobrar aos municípios e, conseqüentemente, às populações.

A SUMA detém a atribuição da recolha de quase metade do sector de recolha e tratamento de resíduos sólidos em Portugal. Com a aquisição da EGF fica à disposição da SUMA um monopólio privado sem paralelo na Europa.

Ao longo dos últimos vinte anos, com investimentos totalmente públicos, o Grupo EGF controlou e solidificou, em conjunto com 174 municípios, um combinado de mais de uma dezena de empresas e geriu um património de cerca de mil milhões de euros de origem totalmente pública.

A privatização da EGF não só elimina mais uma fonte de rendimento para o Orçamento do Estado, através dos lucros da EGF (62 milhões de euros só nos últimos três anos), como deixará o País mais pobre, mais endividado e com menos capacidade para o seu desenvolvimento.

O primeiro objectivo do Governo PSD/CDS é entregar importantes activos do Estado ao capital privado, que passará a controlar um sector altamente rentável e fundamental para a vida e bem-estar da população.

Com este negócio, mais uma vez os principais prejudicados serão o País, a população e os trabalhadores, que vêem ameaçados os seus postos de trabalho e os direitos adquiridos e inscritos na contratação colectiva existente em algumas das empresas pertencentes à EGF.

Conforme já foi denunciado, é intenção da SUMA, após a aquisição da EGF, proceder à junção de empresas em cerca de cinco anos, criando um excedente de cerca de 25% de postos de trabalho. Isto representa uma diminuição brutal nos postos de trabalho e, conseqüentemente, na capacidade de prestação de serviços de qualidade à população, para além de contribuir sobremaneira para a calamidade nacional que é o nível de desemprego existente actualmente no país.

A EGF deve manter-se na esfera pública, pois esta é uma condição essencial para assegurar uma política de resíduos que seja determinada pelos interesses da população e por razões ambientais, e não pelo lucro de um qualquer grupo económico.